

# ASL E O ALUNO BRASILEIRO COM SURDEZ.

Monalisa Sílvia de Oliveira **ARRUDA**<sup>1</sup>

Profª. Esp. Rosângela Aparecida Araujo **FERREIRA**<sup>2</sup>

## RESUMO

O estudo teve como finalidade promover uma reflexão sobre como vem se desenvolvendo a inclusão dos alunos Surdos nas escolas em turmas do ensino regular principalmente quanto à questão da comunicação e a construção de conhecimento, numa proposta bilíngue Língua de Sinais e Língua Portuguesa e no caso do aluno com surdez a ASL. A pesquisa aqui realizada pretende refletir sobre o ensino da língua inglesa aos alunos com surdez. Visto o crescente número de alunos com surdez, e a língua estrangeira sendo integrante do currículo nacional, no que diz a respeito do ensino fundamental. (Pois no ensino médio depois da homologação da BNCC será de escolha do aluno). Atualmente, as políticas de inclusão promovem a autonomia dos surdos em relação ao acesso à informação e à educação, mas também se deve pensar na formação desse professor para poder atender de forma integral essa clientela. Diante disso enquanto professora de língua inglesa tento buscar formas para ensinar o aluno que caracteriza essa deficiência.

## PALAVRAS CHAVE:

ASL; Surdez; Inclusão; Libras.

### 1-Introdução.

Vemos em nosso cotidiano as várias mudanças e propostas educacionais, que refletem dentro do contexto escolar, propostas positivas que visam sanar as deficiências da educação. E na educação inclusiva não tem sido diferentes políticas de atendimentos pensando sempre no bem estar da criança. A criança surda quando inserida no ambiente escolar encontra muitas dificuldades de adaptação, pensando nisso o currículo foi se reorganizando e mudanças significativas para melhorar o atendimento dessa criança. A

---

<sup>1</sup> Pós-graduando em Libras - Departamento de Pós-Graduação – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – [monarruda@yahoo.com](mailto:monarruda@yahoo.com)

<sup>2</sup> Professora Especialista em Língua Brasileira de Sinais – Docente – FIRA- Faculdades Integradas Regionais de Avaré – 18700-902 – Avaré-SP – Brasil – [roaferreira@hotmail.com](mailto:roaferreira@hotmail.com)

Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS) é a porta de acesso para que esse indivíduo possa atuar na sociedade e entender-se como cidadão.

Pensando nisso educadores e profissionais devem buscar uma formação continuada para poder atender essa demanda, e aos poucos contribuir para que os alunos surdos recebam uma educação de qualidade dentro de seus limites e conquistem seu espaço dentro de uma sociedade como cidadã como uma linguagem própria.

Entre eles como ensinar a ASL para os alunos com surdez, visto que a disciplina de língua estrangeira já é difícil para os alunos que não possui nenhuma deficiência, não seria diferente para o aluno com surdez.

A pesquisa tem como objetivo descrever sobre os benefícios de uma nova língua para o aluno com surdez. Compreender como é construído o conhecimento da língua inglesa para o aluno com surdez. O artigo será realizado através de pesquisa bibliográfica, utilizando artigos, leis, sites, livros e autores que darão valor teórico ao trabalho.

## **2. O início da Língua de Sinais.**

De acordo com a Federação Nacional de Educação Integração dos Surdos (FENEIS)<sup>1</sup>, a história da educação de surdos no Brasil teve início em 26 de setembro de 1857, com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que hoje é o atual Instituto Nacional de Educação de surdos (INES). A instituição foi fundada pelo professor surdo francês Ernet Hwet, que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos. No início, eles eram educados por linguagem escrita, articulada e falada, datilogia e sinais. A matéria "Leitura sobre os Lábios" estaria voltada apenas para aqueles que demonstrassem habilidades em desenvolver a linguagem oral. Deste modo se deu o primeiro contato com a Língua de Sinais Francesa trazida por Hwet e a língua dos sinais utilizada pelos alunos. É importante lembrar que naquele tempo, o trabalho de oralização era feito pelos professores comuns, não havia os especialistas. Por volta de 1897, a educação brasileira sofria forte influência da Europa. Assim, em 1911, o Instituto Nacional de Surdos (INES) passou a seguir a tendência mundial, utilizando o oralismo puro em suas salas de aula. Contudo, o uso dos

---

<sup>1</sup> <http://charles-libras.blogspot.com/2010/04/historia-da-educacao-de-surdos-no.html> acesso em 16/06/2018.

sinais continua até 1957, ocasião em que a proibição é dada como oficial. No ano de 1970<sup>2</sup> chega ao Brasil a Comunicação Total, após a visita de uma professora de surdos à Universidade Gallaudet, nos Estados Unidos. Então só na década de oitenta, são iniciadas as discussões acerca do bilinguismo no Brasil.

Quando linguistas brasileiros começaram a se interessar pelo estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e entender a sua contribuição para a educação do surdo. Entretanto, no ano de 1986 a direção do Instituto Nacional de Educação de Surdos, sob a luz dos efeitos dessa nova era, iniciou o projeto de pesquisa PAE (Projeto de Alternativas Educacionais), começa a ser realizado um trabalho da Comunicação Total em grupos de alunos que estavam participando do projeto. Entretanto esta perspectiva não tomou corpo e a Língua Brasileira de Sinais foi legalmente reconhecida, em abril de 2002.

A Língua de Sinais é uma língua de modalidade gestual-visual porque utiliza, como meio de comunicação movimentos gestual e expressões faciais que são percebidos pela visão. Portanto, ela é diferenciada da Língua Portuguesa de ouvintes que é uma língua oral- auditiva, porque na Língua Portuguesa utilizou sons que são emitidos pela voz, que para um surdo é impossível de se perceber Nas Orientações Curriculares:

A Língua Brasileira de Sinais tem, para as pessoas surdas, a mesma função que a Língua Portuguesa na modalidade oral tem para as ouvintes e é ela, portanto, que vai possibilitar às crianças surdas atingirem os objetivos propostos pela escola, incluindo o aprendizado da Língua Portuguesa na modalidade escrita. (PEREIRA, 2008, pg.22)

## 2.1 Língua Brasileira de Sinais

A Língua Brasileira de Sinais ou Libras usadas na comunidade surdas, teve sua base de desenvolvimento a partir da língua de sinais francesa e foi reconhecida pela Lei nº. 10.436/02(Brasil, 2002) como a língua oficial das pessoas surdas no Brasil, e essa mesma lei foi regulamentada em 2005 pelo Decreto 5.626/05, que dispõe:

"O sistema educacional federal e sistemas educacionais estaduais, municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, do ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, conforme legislação vigente" (BRASIL. Lei 10436/02, 5626/5 art.4)

---

<sup>2</sup> <http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html> acesso em 10/08/2018

De acordo com processo de desenvolvimento da língua de sinais a comunidade e os estudiosos lutaram muito para que essa lei fosse vigorada e perceber o surdo como um cidadão com os mesmos direitos. Silva (1996) que o preconceitos existe entre as mais diferente classes de pessoas. Mas nesse sentido devemos aprender a viver e evoluir com o mundo acreditando em um mundo harmônico e com mais respeito.

Preconceito e medidas discriminatórias existem concretamente contra quase todos os tipos de “anormalidades” ou “anomalias”, muito embora essas atitudes apresentem tonalidades de ênfase diferente, pois a maioria das pessoas não tem contra os deficientes a mesma espécie de preconceitos, que alimentam contra certos grupos religiosos, raciais ou desfavorecidos. (SILVA, 1996, pg.363).

Consequentemente,<sup>3</sup> cada país tem sua própria língua de sinais. Existe a Língua Brasileira de Sinais (Libras) – que tem sua base na língua de sinais francesa, a *American Sign Language (ASL)*, nos Estados Unidos, a *Lengua de Signos Española (LSE)*, na Espanha, e assim por diante.

No Brasil, a Libras é reconhecida como uma língua oficial do país. Mas esta é uma conquista relativamente recente. Mundialmente, só na década de 1960, foram desenvolvidos estudos mostrando a complexidade das línguas de sinais.

Um dos estudiosos mais importantes nesta área foi o linguista americano *Willian C. Stokoe (1919-2000)*. Entre 1955 e 1970, ele trabalhou como professor e chefe do Departamento de Inglês, na Universidade Gallaudet.

Em 1960, Stokoe publicou a pesquisa *Estrutura da Língua de Sinais*, na qual mostrava a complexidade da língua de sinais americana, sua sintaxe e gramática próprias – como a das línguas faladas. Ao provar que é possível expressar qualquer pensamento com as línguas de sinais – e não apenas ideias concretas – ele reconheceu que as línguas de sinais são independentes das línguas orais. Stokoe publicou outros trabalhos, como o *Dicionário da Língua de Sinais americana*, do qual foi coautor.

As Línguas de Sinais constituem, dessa forma, um sistema linguístico complexo e estruturado. Sendo assim, para usar uma língua de sinais com competência, não basta imitar um determinado gesto, é preciso aprofundar seus conhecimentos.

---

3

[http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSinais/assets/459/Texto\\_base.pdf](http://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificica/linguaBrasileiraDeSinais/assets/459/Texto_base.pdf) acesso em 12/08/2018.

A única forma de incluir pessoas necessidades especiais auditivas na sociedade é através da língua de sinais. Para Dorziat (2005), a escola está se modificando apenas no papel mais a prática caminha a passos lentos.

[...] não tem havido iniciativas que busquem superar as atitudes de tolerância e se encaminhem para uma efetiva mudança no processo educativo como um todo que venham a valorizar as diferentes maneiras de elaborar o mundo, oportunizando, assim, igualdade de condições de desenvolvimento a todos (DORZIAT, 2005, p. 1).

### **3. O ensino de American Sign Language, (ASL) para alunos surdos.**

A Educação Especial vêm se destacando no contexto educacional brasileiro. A procura no campo de atuação é crescente, por muitos motivos. Com isso todos em prol da educação de qualidade estão tentando adequar-se a essa nova realidade, enfrentando grandes desafios para facilitar e possibilitar o acesso da pessoa com deficiência. (SKLIAR, 2011).

Dentre o quadro de deficiências que é apresentado, a surdez tem sua própria língua talvez pelo fato de alguns considerarem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como uma “língua estrangeira”. Sendo essa língua o meio principal de comunicação utilizado em sala de aula para a comunicação ou para ministrar aulas, proporcionando um ambiente coeso com a situação e facilitando o desenvolvimento de conhecimentos dos alunos surdos. (MARTINS et al., 2006).

Mas, contudo, alguns professores considerando que o aluno surdo precise somente ler e escrever deixando as práticas inclusivas “excluídas”, tornado a aula mecânica e nada significativa.

A relevância é disciplina de Língua Inglesa (LI), por cremos que os surdos também podem gozar do direito à educação de forma igualitária aos ouvintes. Isso torna a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n° 9.394/96 uma realidade. Essa Lei discute de acordo com o apresentado por Demo (2011), diz que é direito dos portadores de necessidades especiais tem os mesmo direito à educação pública e gratuita, bem como de qualidade.

Sendo assim, deve-se por em evidência que durante o aprendizado de uma língua estrangeira (LE), no nosso caso o da língua inglesa, para se comunicarem de maneira efetiva, é proposto que os aprendizes tenham domínio sobre o que são conhecidas como as quatro habilidades comunicativas fala, escuta leitura e escrita. Visto que a LE. é um

desafio tanto para alunos surdos ou não, pelo fato de ter a vivência da língua estudada no seu dia a dia.

Para os alunos surdos essa dificuldade é maior ainda por haver a prática oralista, pelo fato de os surdos não falarem e não ouvirem, sendo assim os alunos surdos aprende uma LE de forma instrumental, com foco em leitura e escrita. Sim é obvio que esses alunos não falam e não ouvem, mas pode se expressar e falar com gestos e compreender com os olhos (cf. GESSER, 2009; QUADROS, 1997).

Conforme Quadros (1997), a educação de surdos, a qual se configura como sendo uma proposta de educação bilíngue. A proposta procura defender o direito dos surdos de terem como primeira língua uma língua de sinais, a qual lhes é possível de ser adquirida de maneira espontânea. Assim sendo, uma proposta de ensino baseada no bilinguismo e defende que o acesso das e as duas línguas deve ser feito dentro do contexto escolar.

Contudo, para que a proposta possa ser efetiva, é necessário considerar vários fatores que se referem as determinações político pedagógicas. (cf. QUADROS & SCHMIEDT, 2006); ponderando as condições de contato com a língua de sinais, a comunidade surda, os profissionais e sua formação o preparo que tenham sobre as duas línguas.

Quadros (1997) afirma que tal proposta têm se mostrado como a mais apropriada para o ensino de alunos surdos, por que ela “considera a língua de sinais como língua natural e parte desse pressuposto para o ensino da língua escrita.” (p. 27). Nesse caso a primeira língua seria a LIBRAS (L1) e a segunda a língua Portuguesa (L2) e uma terceira a língua estrangeira (L3).

#### **04. Considerações finais**

O trabalho desenvolvido buscou debater sobre os desafios que aprendizes surdos brasileiros enfrentam durante o aprendizado da ASL, o aluno com a deficiência enfrenta um desafio diário como o aprendizado da LIBRAS, aprender uma terceira língua parece impossível, mas não é, mas para que haja efetivação da proposta de inclusão a disciplina deve ser configurada, atendendo as necessidades dos alunos surdos.

Muito embora se saiba que as reais contribuições da disciplina possam ser mais bem analisadas, quando o professor vivenciar o atendimento a alunos surdos em sua sala de aula. Entre as principais dificuldades encontradas no decorrer da disciplina, destacaram-se habilidades específicas para a prática da língua de sinais, a falta de um

intérprete como apoio durante as aulas, entre outras. Quando o professor; seja da língua brasileira ou da língua estrangeira; não está preparado, deve se ter um intérprete em sala de aula. Portanto, com as conquistas dos surdos na sociedade, a carreira dos intérpretes da língua de sinais está sendo mais valorizada. Trata-se de um mercado com potencial para profissionais especializados, que podem atuar em vários setores da sociedade e diferentes áreas do conhecimento. Mas sabemos que é um trabalho em longo prazo.

Há muito que se fazer ainda no que se diz respeito sobre a educação especial. As instituições de ensino precisam proporcionar mais recursos linguísticos para os surdos para que eles possam se desenvolver de forma autônoma, preparando - se para os desafios do cotidiano fazendo a diferença. Desta forma, será no dia a dia da inclusão escolar, através das experiências e reflexões das mesmas, que se estabelecerá no processo social, as maneiras para a inclusão e quais serão as propostas pedagógicas utilizadas para o ensino das crianças com necessidades educativas especiais.

Sendo assim deve ser feita uma reflexão de como deve ser o ensino de uma Língua Estrangeira para alunos surdos. Por isso, não só se deve considerar como devem ser as condições de uma escola bilíngue para esse tipo de aluno, mas também por que a *ASL* é uma possível alternativa de LE a ser ensinada para surdos visto que eles podem aprendê-la através do mesmo modo pelo qual aprenderam a sua primeira língua, a LIBRAS, ou seja, pelo visual. Visto que é um processo longo e que precisa de profissionais com formação adequada.

### **Referências**

**BRASIL. Decreto Federal n 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2005.

DEMO, P. **A Nova LDB: ranços e avanços.** 23ª Edição. Campinas: Papyrus Editora, 2011.

DORZIAT, A. **O currículo da escola pública: um olhar sobre a diferença dos surdos.** In: 28a Anped, 2006, Caxambu. 40 anos de Pós-Graduação em Educação no Brasil, 2005. p. 1-16.

GESSER, A. **LIBRAS? Que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

MARTINS, L. A. R.; PIRES, J.; PIRES, G. N. da L.; MELO, F. R. L. V. de (Orgs.). **Inclusão: compartilhando saberes.** 4ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2006.

PEREIRA, Maria Cristina da C.(org) **Orientações Curriculares e Proposição de Expectativas de Aprendizagem para a Educação Infantil e Ensino Fundamental.** São Paulo: Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, 2008.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem.** Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de; SCHMIEDT, M. L. P. **Idéias para ensinar português para alunos surdos.** Brasília: MEC. SEESP, 2006.

RODRIGUES, N. **Organização neural da linguagem.** Em Língua de sinais e educação do surdo. Eds. Moura, M. C.; LODI, A. C. e PEREIRA, M. C. Sociedade Brasileira de Neuropsicologia. SBNp. São Paulo. 1993.

SILVA, A. A. **A surdez e a pessoa surda: revisão e tópicos básicos.** In: CICCONE, M. Comunicação Total. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

SKLIAR, C. (Org.). **A Surdez: um olhar sobre as diferenças.** 5ª Edição. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

STOKOE, W. (1960) **Sign and Culture: A Reader for Students of American Sign Language.** Listok Press, Silver Spring, MD.

**História da Educação dos Surdos no Brasil** <<http://charles-libras.blogspot.com/2010/04/historia-da-educacao-de-surdos-no.html>> acesso em 16/06/2018.

**História dos Surdos** <<http://mirandalibrassemfronteiras.weebly.com/-histoacuteria-dos-surdos.html>> acesso em 10/08/2018.